

9. PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS COLOCALIZADOS

9.1. DE INICIATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Apesar de localizado em dois dos estados mais desenvolvidos do País, São Paulo e Paraná, e de ter sido uma região intensamente explorada no período colonial e imperial, o Vale do Ribeira apresenta os mais baixos indicadores sociais de São Paulo e do Paraná, incluindo os mais altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo. Ao mesmo tempo, possui recursos naturais pouco explorados, tanto do ponto de vista estritamente econômico, quanto turístico. Assim, foi objeto de inúmeros estudos, planos, projetos e programas. Instituições públicas e privadas interessaram-se pela região que, no entanto, permaneceu pouco desenvolvida, do ponto de vista socioeconômico e, de certa forma, preservada, do ponto de vista ambiental. Sem recuar muito no tempo, vale mencionar o Plano Diretor do Vale do Ribeira, elaborado na década de 80, por iniciativa do governo do Estado de São Paulo.

O Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, elaborado para o quadriênio 2000/2003, pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul do Estado de São Paulo, já apresentava como um de seus objetivos a atenuação das enchentes que ocorrem no Vale, além da melhoria do saneamento básico e o desenvolvimento socioeconômico da região, dentre outros.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004/2007, elaborado com base nos planos de bacia, destina para a porção paulista da bacia do Ribeira de Iguape R\$ 166.414.000,00, propondo 101 ações; destas, as 5 discriminadas a seguir receberão 71,1% dos recursos. São elas:

- ✓ Ampliação do sistema de esgotamento sanitário, mediante ampliação da coleta e do tratamento, principalmente no Alto Ribeira, onde se pretende atingir mais 12.000 habitantes com a coleta e mais 38.000 com tratamento.
- ✓ Ampliação do sistema de abastecimento de água, sobretudo no Alto Ribeira, trecho do Vale que tem recebido menos investimentos públicos.
- ✓ Conclusão das obras do vertedouro do Valo Grande e monitoramento da região lagunar de Iguape, Cananéia e rio Ribeira.
- ✓ Viabilização de parcerias com os municípios da Bacia, incluindo convênios para estudos, projetos, serviços e obras de controle de cheias e defesa contra enchentes e seus efeitos.
- ✓ Produção de informações sobre a Bacia: atualização e ampliação do número de pontos de amostragem de qualidade das águas superficiais e subterrâneas e de dados básicos das estações pluviométricas e fluviométricas da Bacia, incluindo análise sistemática dos dados em 23 postos fluviométricos, 68 postos pluviométricos e 3 postos para medir o índice de qualidade da água (IQA), além da instalação de um radar hidrometeorológico.

9.2. DE INICIATIVA DO GOVERNO FEDERAL

A par de iniciativas como o Macrozoneamento Ambiental promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, que ainda se encontra em estudo, e de iniciativas de programas de conservação da Mata Atlântica de iniciativa dos governos paulista e paranaense, com recursos do Banco alemão KFW, o governo federal, em março de 2005, lançou a iniciativa de estabelecer uma Agenda 21 para o Vale do Ribeira. Certamente este programa deverá consolidar algumas das experiências obtidas na gestão ambiental da região, ensejadas pelos governos estaduais. Particularmente os dados de implementação

do Programa de Preservação da Mata Atlântica, com recursos do banco KFW, e estudos correlatos poderão vir a fornecer subsídios para a Agenda. O referido programa, no Paraná, teve como vertentes a regularização fundiária, a consolidação de Unidades de Conservação e o desenvolvimento de iniciativas agroflorestais sustentáveis para pequenos agricultores e populações tradicionais. No Estado de São Paulo, teve dois componentes principais: a fiscalização ambiental, incluindo licenciamento e a gestão e fortalecimento das unidades de conservação.

O interesse de entidades públicas e privadas pelo Vale do Ribeira fica explícito quando se observa as autoridades de Governo e demais personalidades que participaram do lançamento da Agenda 21 para o Vale do Ribeira: Ministra do Meio Ambiente, Secretário de Biodiversidade e Florestas daquele Ministério e o Secretário de Desenvolvimento Sustentável, do Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, de representantes das secretarias de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e do Paraná, da Coordenadoria da Agenda 21 do Estado do Paraná, do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira (CONSAD), da rede de ONGs da Mata Atlântica; do coordenador do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC); dois deputados federais e um estadual, além do consultor geral do KFW.

A Agenda 21, cujo nome oficial é “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos sócio-ambientais prioritários/Agenda 21” deverá ser implementada conjuntamente pelos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário – que tem como um de seus objetivos o desenvolvimento da agricultura familiar no Vale do Ribeira – e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este último por intermédio do CONSAD do Vale do Ribeira.

Na ocasião do lançamento da Agenda 21, em março de 2005, o Ministério do Meio Ambiente repassou R\$ 730.000,00 para as Associações do Quilombo Ivaporunduva e da Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro Mandira, nos municípios de Eldorado e Cananéia.

Também foram lançados os editais do PDA 2005 (projetos demonstrativos), um programa do governo federal que destina R\$ 48.000.000,00 para projetos de recuperação e conservação da Mata Atlântica. Estes projetos deverão ser elaborados e implementados por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, preferencialmente em parceria com instituições públicas (universidades ou órgãos públicos). Os recursos são doados pelo governo alemão, por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KFW) e pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

O programa inclui ações em âmbito nacional e em âmbito local e regional, incluindo 5 linhas temáticas. Para os pequenos projetos, haverá financiamento de até R\$ 70.000,00 e prazo de execução de seis meses a dois anos. Para grandes projetos, os recursos vão de R\$ 70.000,00 a R\$ 500.000,00 e o prazo de execução é de um a três anos. Até meados de 2006, a cada seis meses, deverão ser realizadas chamadas para apresentação de projetos.

O Ministério do Meio Ambiente realizará 10 oficinas de capacitação para elaboração de projetos em todo o domínio da Mata Atlântica, sendo que a primeira foi realizada em abril, no Vale do Ribeira.

No entanto, alguns desafios são vislumbrados na consecução da Agenda 21, decorrentes da evolução histórica do Vale do Ribeira:

- ✓ trata-se de região onde a titulação das terras é imperfeita juridicamente; existem diversos títulos dominiais que se sobrepõem, quando existem;
- ✓ é grande a presença de posseiros que exercem a posse mansa e pacífica, sem no entanto ter o domínio formal;
- ✓ parte das unidades de conservação instituídas ainda tem problemas fundiários, pela não efetivação de desapropriação das terras, embora o ato que as criou o determinasse;
- ✓ as chamadas populações tradicionais tentam conviver com espaços de unidades de conservação de proteção integral;
- ✓ a regularização de remanescentes de quilombos (especialmente no Estado de São Paulo) ainda carece de implementação assim como de apoio à sua sustentação econômica;
- ✓ o disciplinamento de atividades econômicas, como o parcelamento do solo na região litorânea, e mesmo no Alto Vale não conta com regulamentação eficaz, debalde a regulamentação do Decreto Federal nº 750, tanto no Paraná como em São Paulo;
- ✓ existe deficiência de ordenamento da atividade minerária, devido à sistemática de fiscalização dos empreendimentos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- ✓ a grande maioria dos municípios obtêm recursos, principalmente, no Fundo de Participação dos Municípios; a geração de renda interna está praticamente estagnada, sendo a região, zona de emigração;
- ✓ a questão do controle de enchentes, do saneamento e mesmo o aproveitamento hidráulico para a geração de energia serão outros tantos desafios a serem equacionados para a implementação da Agenda.

Não se trata, portanto, apenas de questões institucionais ou políticas, mas de questões que têm um forte componente estrutural, sendo que o modelo de desenvolvimento sustentável adotado não poderá traduzir-se na perpetuação da pobreza, em benefício apenas da preservação ambiental, ou nas palavras da Ministra do Meio Ambiente: “A preservação deve caminhar juntamente com a inclusão social. É preciso criar as bases para compatibilizar a sustentabilidade ambiental com a sustentabilidade social e econômica”. (“O Expresso”, 2/4/2005)

Ainda de iniciativa do governo federal, a pavimentação da BR-476, que liga Curitiba a Adrianópolis, concluída em fins de maio de 2005, no Estado do Paraná, é vista pela população e seus representantes como uma importante iniciativa no sentido de integrar a região do Vale do Ribeira de Iguape ao Estado, estimulando o desenvolvimento regional.

No âmbito do Programa Fome Zero, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo federal estimulou, na região, a criação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, uma associação privada, sem fins lucrativos, entre municípios, com a participação do poder público e da sociedade civil. O CONSAD é um fórum de discussão das ações desenvolvidas pelo poder público e pela iniciativa privada, universidades e terceiro setor, que “busquem atrair recursos e investimentos com a finalidade de apoiar projetos voltados à segurança alimentar, combate à pobreza, desenvolvimento territorial sustentável e projetos socioambientais desenvolvidos no Vale do Ribeira” (www.idesc.org.br). O Consórcio é integrado por representantes do governo do Estado, das prefeituras de 25 municípios do Vale e de organizações da

Sociedade Civil. Entre os municípios participantes estão Barra do Turvo, Ribeira, Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga etc. (www.terceiravia.org.br). Cada município é representado por quatro a cinco membros da sociedade civil e um ou dois do poder público, com direito a voto no Fórum do Consórcio. O Fórum é integrado por 150 representantes municipais e seus suplentes. Por sua vez, a Comissão Executiva é formada por um presidente, um vice-presidente, 23 membros titulares e 23 suplentes. Há ainda um Conselho Fiscal, com 8 titulares e 8 suplentes e uma Secretaria Executiva, ligada à Comissão Executiva. O CONSAD possui também três câmaras técnicas: de Desenvolvimento Sustentável, de Segurança Alimentar e de Agricultura Familiar.

O Consórcio foi fundado em junho de 2004 e dispõe de um Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento, que define as ações prioritárias e projetos de combate à pobreza e geração de renda na região.

O CONSAD apresentou ao Ministério de Desenvolvimento Social cerca de 40 projetos municipais, propondo a implantação de hortas e cozinhas comunitárias. Ao mesmo Ministério foram apresentados, ainda, três projetos de desenvolvimento regional: Cadeia Produtiva do Mel, Educação Alimentar e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Ao Ministério de Desenvolvimento Agrário foram também apresentados pelo CONSAD vários projetos regionais, entre eles o Projeto Roça Forte – Vale Forte, que propõe uma Central de agricultura familiar no Vale do Ribeira, um ponto de venda da agricultura familiar na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP e um galpão para classificação e beneficiamento de maracujá, além de capacitação dos grupos envolvidos; um projeto de apoio à criação de entrepostos de mel; uma cooperativa de crédito rural; equipamentos para agroindústria em quilombos; fomento ao associativismo e ao cooperativismo; levantamento das necessidades da região no que se refere à assistência técnica e crédito.

Já foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente o Projeto para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. O projeto abrange 32 municípios nos estados de São Paulo e Paraná, na bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape.

O CONSAD definiu, como suas prioridades, quatro itens: melhoria das cadeias produtivas e segurança alimentar; implantação de um sistema de informação e comunicação; organização social e política ambiental (adequação do licenciamento ambiental e assistência técnica ambiental). E, como ações complementares, incentivo ao turismo sustentável (que inclui a execução do programa de trabalho da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira); acesso ao crédito; adequação e conhecimento da legislação ambiental: “regulamentar a legislação ambiental de modo a adequá-la à realidade do Vale do Ribeira”, criação de um centro de pesquisa em tecnologia agroambiental etc.; regularização fundiária; melhoria das ações de extensão rural e assistência técnica.

Dezenas de projetos foram apresentados pelos municípios ao CONSAD, incluindo comercialização e industrialização de produtos já cultivados ou extraídos na região, como o maracujá, a banana, a mandioca, o mel, o palmito. O incremento ao turismo também integra a série de projetos de interesse dos municípios apresentados ao CONSAD.

9.3. DE INICIATIVA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Além do KFW, e buscando transformar o rico patrimônio ambiental e cultural do Vale do Ribeira em perspectiva de desenvolvimento para a região, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prevê recursos para: instalação de pousadas, dotadas de toda a

infra-estrutura necessária, em três parques estaduais existentes no Vale: PETAR, Jacupiranga e Intervales. Além das pousadas, fazem parte deste projeto, ainda em fase de elaboração, a criação de uma infra-estrutura para o turismo de aventura e a qualificação da população local para atuar como guias, garçons, camareiros, etc.

Vale dizer que, no momento, o ecoturismo vem sendo visto, pelas populações ribeirinhas, inclusive pelos quilombolas, como uma promissora perspectiva econômica para o Vale. Assim, é provável que, concretizando-se o projeto do BID, este venha a encontrar grande receptividade junto aos ribeirinhos. No entanto, não se pode esquecer o componente predatório do turismo, geralmente não considerado pela população local. Assim como outros usos e formas de ocupação do Vale do Ribeira, o turismo também terá que ser estimulado com as cautelas necessárias à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida regional.

9.4. DE INICIATIVA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Como já se disse, além do poder público, várias ONGs atuam na região, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos. Uma delas, o IDESC, fundado em 2001, em Registro, tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira, tendo apoiado associações de pequenos produtores, sindicatos, cooperativas e associações de quilombolas. Publicou uma cartilha, "Legislação Ambiental para Agricultores", realizou palestras sobre agricultura sustentável e participou de seminários sobre a região. O IDESC participa do CONSAD do Vale do Ribeira e tem convênio com a SOS Mata Atlântica para divulgação do Plano de Negócios "Os Guardiões da Floresta nas comunidades de quilombos do Vale do Ribeira". Em 2005 lançou o projeto "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e Implantação de Projetos Sócio-ambientais Prioritários", com o objetivo de "construir um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, com a participação da sociedade civil e governança, capaz de criar uma pactuação efetiva em torno de princípios e diretrizes, projetos e ações de um plano de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural do Vale do Ribeira São Paulo e Paraná, região definida como território de ação do projeto". O Plano tem como objetivos específicos mobilizar a sociedade civil; criar um processo que confira legitimidade ao Plano; capacitar lideranças locais; fortalecer o CONSAD; contribuir para a criação de um amplo movimento de discussão da questão ambiental; definir ações e projetos; criar critérios para a priorização de projetos; acompanhar, assessorar e implantar projetos selecionados; influenciar as políticas de governo; provocar ações de governo mais articuladas; contribuir para ampliação do acesso ao crédito.

O ISA – Instituto Socioambiental – também atua no Vale do Ribeira. A partir de 1997, com a elaboração do Diagnóstico socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, seu trabalho fez parte do Programa Mata Atlântica (1999). Em 2002 seu programa voltou a ser regional. Tem como objetivo auxiliar na construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, meio ambiente e comunidades tradicionais, através de trabalhos de monitoramento socioambiental participativo e interativo, da atualização e disponibilização das informações produzidas por este trabalho, da capacitação dos atores locais e da construção de ações e projetos visando a formação de uma agenda positiva voltada para o desenvolvimento sustentável na região.

O ISA desenvolve dois projetos no Vale do Ribeira: Projeto Comunidades Quilombolas e Projeto Diagnóstico Socioambiental.

9.5. DA INICIATIVA PRIVADA

Observou-se uma grande expansão da exploração de *pinus* na região onde se localiza o reservatório projetado para a UHE Tijuco Alto. Particularmente nos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, que fazem parte da Área de Influência Direta (AID) para os estudos do EIA / RIMA dessa usina. A expansão dessa atividade é motivo de atenção. Na região, essa atividade tem se expandido recentemente em sete municípios a saber: Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Doutor Ulysses, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná. Existem 74 indústrias instaladas, 41% dessas estão no município de Tunas do Paraná. Matéria publicada por revista eletrônica do setor madeireiro, “Referência”, em julho de 2005, estima que, nos últimos quatro anos, foram gerados 1.300 empregos diretos nesses sete municípios em função da expansão da atividade.

Só em 2003, por iniciativa da Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, do estado do Paraná, foram plantados 190 hectares de *Pinus-sp* em Cerro Azul para fins de reflorestamento e aproveitamento da reserva florestal.

Em recente evento, promovido pela prefeitura de Cerro Azul, em junho de 2005, 2ª. Conferência de Meio Ambiente de Cerro Azul, o assunto da expansão do *pinus* no município foi alvo de manifestação dos participantes. Na visão de um desses participantes essa expansão muito rápida é fator de intranqüilidade. Existe o temor de que a presença de florestas em áreas próximas à sede municipal venha trazer riscos à segurança dos munícipes e do patrimônio, particularmente em caso de incêndios, invocando a necessidade de se disciplinar o uso do solo e de fiscalização efetiva.

Existe projetado um empreendimento privado para exploração de calcário em local próximo ao eixo da UHE Tijuco Alto. Em meados de 2005 ocorreu na cidade de Adrianópolis uma audiência pública para apresentação desse projeto. Esse empreendimento está localizado à jusante do eixo da UHE Tijuco Alto, entre este e a sede municipal de Adrianópolis. O projeto para britagem de rocha calcária pertence à empresa Paraná Equipamentos e o processo encontra-se em análise no Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

9.6. DE USO DAS ÁGUAS DO RESERVATÓRIO DA UHE TIJUCO ALTO

Neste item estão contempladas propostas para uso potencial da água do reservatório de Tijuco Alto. Vale lembrar que o controle de enchentes será tratado em capítulo específico.

a) Abastecimento Público de Água

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR tem projeto para utilizar o rio Açungui como reforço do abastecimento de água potável para a Região Metropolitana de Curitiba, quando as obras de captação existentes e programadas para o sistema Iguaçu tiverem atingido o limite da capacidade de aproveitamento.

O aproveitamento das águas da bacia do alto curso do rio Ribeira para suprimento de água às populações urbanas e rurais é de interesse da SANEPAR, conforme estudo elaborado pela SUDERHSA / COMEC / EMATER, “Projeto Alto Ribeira – Proposta Alternativa de Abastecimento Público de Água Potável para a Região Metropolitana de Curitiba – RMC”, em 1997, considerando a UHE Tijuco Alto, propõe a “*utilização múltipla de um investimento privado, [...] aliviando, assim o poder público da construção de algumas barragens que podem inviabilizar as tendências de crescimento urbano da RMC [...]*”. Desta forma, a construção da UHE Tijuco Alto estaria contribuindo para o atendimento da demanda de água potável para a RMC, conforme já descrito no capítulo 5.

b) Navegação Fluvial

A formação do reservatório pela barragem de Tijuco Alto propiciará a navegabilidade em um estirão de, aproximadamente, 50 km, ligando o município de Cerro Azul aos municípios de Ribeira e Adrianópolis.

Embora não haja tradição de navegação no alto curso do rio Ribeira, pelas limitações físicas do trecho (corredeiras e pequenas profundidades nas vazões normais), a facilidade criada pela formação do reservatório poderá vir a incentivar a prática da navegação, seja para o transporte de pessoas, seja para o lazer, seja para o transporte de cargas.

O Plano Nacional de Viação em vigor, estabelecido pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, contempla a navegação na bacia do rio Ribeira de Iguape numa extensão de aproximadamente 70 km, entre a sua foz no litoral e a cidade de Registro.

O Plano de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo estende o potencial navegável do rio Ribeira de Iguape até a divisa dos estados de São Paulo e Paraná. ‘

Os estudos de integração hidro-ferroviária entre as regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo, realizados pela PORTOBRÁS e embasados nas diretrizes e normas do Plano Nacional de Viação, contemplam duas opções; a primeira, com navegação predominantemente marítima, prevê a passagem por Santos e Paranaguá; a segunda prevê predominantemente o aproveitamento da navegação fluvial do rio Ribeira de Iguape, no trecho compreendido entre Registro e Cerro Azul e depende da construção dos demais empreendimentos energéticos planejados pela CESP. Esses empreendimentos não são de interesse da CBA e não se tem registro de empresas interessadas em estudar e desenvolver esses projetos.

c) Pesca

O rio Ribeira de Iguape, no seu curso superior, conforme estudo da ictiofauna na área de influência direta, não possui atrativos para a pesca profissional, registrando-se eventualmente a atividade como lazer de poucos ribeirinhos, sem, no entanto, constituir item presente e fundamental na alimentação das comunidades locais.

d) Recreação e Lazer

O trecho do Rio Ribeira de Iguape onde será formado o reservatório de Tijuco Alto não é utilizado atualmente para a prática de recreação e lazer, com exceção de pescas recreativas esporádicas, até em função da pouca densidade demográfica existente em suas margens. No entanto, representará um potencial a ser explorado no futuro tanto pela população local, como pela população da Região Metropolitana de Curitiba. Considerando-se a distância relativamente pequena de Curitiba é possível que haja interesse na formação de chácaras e sítios de lazer. Considera-se que o patrimônio espeleológico, quando melhor aproveitado, deva ser destino turístico, ainda que não de massa. Tanto a pesca como o turismo, desde que controlados, são compatíveis com as características e o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

Os estados do Paraná e São Paulo firmaram um termo de cooperação visando promover o desenvolvimento da atividade turística e a auto-sustentabilidade para o Vale do Ribeira. O termo de cooperação destina-se à formatação e divulgação de um novo produto turístico de características singulares: o "Roteiro Lagamar São Paulo – Paraná", lançado oficialmente no I Salão Brasileiro do Turismo - Roteiros do Brasil, em 2005, no Expo-Center Norte, em São Paulo (SP). O Pólo Ecoturístico de Lagamar fica a 209 km da capital paulista, e se estende

por outros 200 km. O Pólo é formado pelas cidades de Iguape, Ilha Comprida, Pariquera-Açu e Cananéia, em São Paulo, e Guaraqueçaba, no Paraná.

Como ficou evidente, não faltam planos e projetos para o Vale do Ribeira. No entanto, se forem levados em conta os baixos índices de desenvolvimento econômico e social verificados na região, pode-se concluir que falta intervenção efetiva, articulada e apoiada em recursos financeiros significativos que alavanquem o desenvolvimento regional, tal como visto pelas comunidades locais. Assim, se forem bem implantados, os programas de mitigação e compensação previstos em função da UHE Tijuco Alto poderão representar um elemento novo na dinâmica regional, inclusive com o fomento de atividades que representarão a geração de renda e de emprego à população local.